

PELO FIM DA PRECARIEDADE LABORAL E PELA DIGNIFICAÇÃO DAS CARREIRAS CIENTÍFICAS

O declarado compromisso de investimento na ciência e ensino superior do actual Governo pouco passou das declarações e nunca entendeu combater a precariedade nem reverter o quadro de subfinanciamento crónico das instituições. Os docentes, investigadores, gestores e comunicadores de ciência, técnicos, administrativos e as organizações abaixo-assinadas afastam-se e repudiam as declarações do Ministro de que se teria atingido o “pleno emprego” entre os doutorados. Tais declarações são reveladoras ou de um profundo desconhecimento do seu sector, ou de uma vontade deliberada de iludir a sociedade. A actual situação no sector exige:

1

A valorização e implementação das carreiras científicas

O Programa de Estímulo ao Emprego Científico tem vindo a promover a contratação de trabalhadores científicos, mas não a sua integração em carreiras. Apesar do suposto financiamento para 5387 contratos, há apenas 52 vagas para a carreira de investigação científica e 169 para a carreira docente, totalizando 4,1%. Esta situação perpetua a precarização do trabalho científico.

É urgente um orçamento estrutural para a ciência, com uma política de contratação que garanta a integração nas carreiras científicas, bem como a substituição de todas as bolsas por contratos de trabalho!

2

O cumprimento efectivo do PREVPAP

Os 5981 requerimentos submetidos atestam a elevadíssima precariedade neste sector. Acrescem os enormes atrasos na regularização, a exclusão dos contratados por IPSFL, as baixíssimas taxas de indicação para regularização e a enorme discrepância das CAB CTES relativamente aos outros sectores.

	Docentes	Investigadores	Carreiras gerais
Deliberados	1512	1671	2748
Indicados para regularização	142 (8,6%)	170 (10,0%)	1296 (47,1%)
Concursos abertos	49 (3,2%)	1 (0,1%)	413 (15,0%)

Fonte: <https://prevpap.gov.pt/> e Observatório do Emprego Científico, 26/06/2019

É urgente a aplicação efectiva do PREVPAP no ensino superior e ciência. Todos os trabalhadores com vínculo precário têm de ser regularizados!

3

A implementação do Decreto-Lei 57/2016 e Lei 57/2017

- A obrigatoriedade de integração nas carreiras prevista na NT da Lei 57/2017, resultante do amplo consenso da apreciação parlamentar do DL 57/2016, tem de ser cumprida, incluindo nas situações de bolsas não financiadas pela FCT e prevendo sanções para as instituições incumpridoras.
- O cumprimento da integração obrigatória nas carreiras de todos os que cumpram os requisitos da lei.

4

A contratação dos leitores das universidades portuguesas

O MCTES comprometeu-se a regularizar a situação laboral dos leitores, mas ainda não cumpriu. Esta situação implica e implicará o despedimento de muitos leitores.

5

A revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

- Democratização das instituições de ensino superior e ciência, garantindo a participação de todos, incluindo investigadores e demais trabalhadores científicos com bolsa, nos órgãos de gestão, matéria estabelecida na Carta Europeia do Investigador.
- Obrigatoriedade de negociação sindical de todos os regulamentos relativos a questões laborais.
- Erradicação das fontes de desregulação das relações laborais, particularmente evidentes nas instituições ao abrigo do regime fundacional e nas instituições privadas sem fins lucrativos.

A autonomia das instituições tem de estar dependente das leis do Parlamento e da sua democratização!

6

O reforço sustentado do investimento público na ciência e no ensino superior

- Um orçamento estrutural plurianual para a ciência associado à integração em carreiras, e uma articulação do investimento em pessoas, projectos e instituições;
- A aplicação equilibrada do investimento público em ciência fundamental e aplicada;
- Estabilidade e previsibilidade dos mecanismos de financiamento para além dos ciclos políticos, e o estabelecimento de procedimentos de avaliação equilibrados, desburocratizados e transparentes.

Em 2017, o financiamento público total foi de apenas 0,5% do PIB, sendo que o financiamento direto à Ciência excluindo IES foi de apenas 0,13% do PIB, o que demonstra a absoluta penúria do setor!

Precários no *Ciência 2019*. Participe!

Encontro-Proteto Nacional dos Trabalhadores Científicos do Ensino Superior e Ciência
9 DE JULHO, 15H

Organização:

Apoio:

